

COMUNICADO CONJUNTO DAS DIRECÇÕES DAS AAEE DO TÉCNICO, ECONÓMICAS, AGRONOMIA, CIÊNCIAS E DA LIVRELCO



A polícia cercou ontem, 5ª-feira o ISCEF para impedir a realização de uma reunião de estudantes de Económicas e de sócios da Livrelco, para a qual estavam convocados os estudantes de Lisboa. Essa reunião destinava-se a tomar posição sobre a recente proibição pelo MEN e o Ministério do Interior) de um Encontro de Cooperativistas marcado para Sábado passado (dia 6) nas instalações da Associação de Económicas. No Sábado, a polícia cercou também o ISCEF a fim de impedir a realização do Encontro; e lá permaneceu durante todo o fim de semana.

Por que motivos proibem afinal as autoridades uma simples reunião de estudantes? Se essa reunião fosse destinada a "em boa ordem" discutir o melhor modo de "recolher donativos para as vítimas do cancro", não seria com certeza proibida. As autoridades saberiam que enquanto os estudantes se preocupassem com essas coisas que elas tão mal sabem remediar (ou pelo menos só sabem para os privilegiados) não se lembrariam de pensar em assuntos mais importantes (e que mais poderiam vir a afectar a sua situação).

Vejamos então. A que se destinava a reunião? - A discutir o encerramento da Livrelco, e as limitações que as autoridades tentam impor à promoção cultural dos estudantes controlada por eles próprios (a Livrelco foi encerrada sob o argumento de "venda de livros subversivos" e são as autoridades e não os estudantes, após a leitura, quem decide portanto o que consideram melhor para a sua formação cultural: tal é a "boa consciência das autoridades").(1)

A reunião destinava-se a discutir, além disso, a proibição de acesso ao ISCEF no fim de semana. Proibição porquê? Por causa do Encontro de Cooperativistas.

Muitas pessoas juntas, assustavam as autoridades: podem, de repente, lembrar-se de começar a discutir. E isso de discussões... Mas mais do que isso, esse Encontro de Cooperativistas ia discutir medidas a adoptar em relação ao Decreto lei 520/71, que impede as actividades culturais das cooperativas. Muito mais graves então se tornam as coisas.

Discutir!? Discutir o decreto lei 520/71!? Discutir como garantir a actividade cultural das cooperativas!?

Voltemos a 5ª-feira. "O que será então os estudantes a discutir to dos estes problemas: a repressão sobre a sua formação cultural, e, mais do que isso, a repressão sobre a formação cultural de certas ca madas trabalhadoras da população, as tais que as cooperativas abran- gem como associados?" -perguntam-se as autoridades.

Eis portanto como resolvem os seus problemas as autoridades. E qu ais são os seus problemas? Que os estudantes procurem tomar uma posi- ção esclarecida sobre os reais pooblemas da sociedade portuguesa.

Que camadas trabalhadoras da população lutem pela sua própria for- mação cultural.

Que os estudantes apoiem as posições de camadas da população.

Ora os estudantes não transigirão nas suas posições.

Assim como não transigem na luta pelas suas reivindicações, apesar de todas as tentativas para a desorganizar.

Assim como não transigem na defesa da liberdade de informação so- bre os seus problemas e os da sociedade portuguesa.

Os estudantes não transigirão nos ataques à sua própria formação cultural, não permitirão que as autoridades os isolem dos problemas da sociedade portuguesa, os isolem da maioria da população portugue- sa.

Os estudantes lutam contra a repressão! Não transigirão um milíme- tro nas suas posições, reforçando a sua organização sindical, defen- derão a sua liberdade de informação, impondo-a na prática, defende- rão a sua formação cultural autónoma.

Os estudantes denunciarão todas as formas de repressão e lutarão contra ela, não permitindo que impeça a concretização dos objectivos próprios do seu movimento.

Ao tomarem conhecimento da proibição os estudantes de Económicas juntamente com estudantes de outras escolas, discutiram o assunto, e reafirmaram a sua intenção de, apesar da presença da polícia, não dei- xar de reunir. Cerca das 18 horas, e tendo a polícia cercado o Insti- tuto -impedindo desse modo o acesso ao local da reunião convocada, de todos os que a ela pretendiam comparecer- os 500 estudantes reunidos em Económicas decidiram dirigir-se para a Faculdade de Ciências de mo- do a realizar aí a projectada reunião.

--

Uma vez na rua, no entanto, os estudantes decidiram fazer uma manifestação. Veio a saber-se mais tarde que os manifestantes tinham percorrido a Av. Pedro Álvares Cabral, Largo do Rato, R. da Escola Politécnica, protestando contra a guerra colonial, contra a guerra no Vietname, contra a carestia de vida, etc. Veio a saber-se também que a polícia tinha carregado sobre os estudantes na Av. da Liberdade, tendo ferido manifestantes e transeuntes e feito várias prisões.

Dentre os estudantes presos conhecem-se até ao momento os seguintes nomes:

Jofre Justino	- Económicas	
Guida Magalhães	"	
Manuela Wengorovins	"	
Júlia Vasconcelos	"	
Pedro Ferreira	"	(Direcção)
João Pedro	- Agronomia	



As Associações de Estudantes devem tomar uma posição solidária com todos os colegas presos, o que é exigido pelo princípio da apoliticidade, visto que qualquer estudante tem o direito de tomar todas as posições que considere justas, mesmo posições políticas, desde que não assumam um carácter anti-associativo.

As AAEE devem além disso denunciar a forma violenta que, como de costume, foi utilizada pelas forças policiais para reprimir o direito à livre manifestação pública de opinião.

(1) De notar que os livros considerados "subversivos" pelas autoridades se encontram à venda em muitas livrarias do país. Isto põe em evidência que o encerramento da Livrelco tem um carácter especificamente anti-estudantil.

12/5/72

R.I.A. hoje às 21:30 horas

na AEIST